

Editorial 2024, v. 48, n. 2

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**

Editora Chefe

E-mail: mariacristinavidotte@ufg.br

  **Leandro Campêlo Moraes**

Editor Assistente

E-mail: campelomoraes@discente.ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**

Editor Assistente

E-mail: thiagohcs@discente.ufg.br

  **Marilia Araujo Caixeta**

Editora Assistente

E-mail: mariliacaixeta@ufg.discente.br

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), em seu volume 48, edição n.º 2, tem como propósito documentar e disseminar a produção acadêmica e os avanços no campo jurídico, comprometida com a promoção de debates críticos e interdisciplinares. A seleção dos artigos publicados busca atender a critérios de diversidade regional e de internacionalização, além de contemplar os debates em torno de assuntos atuais e relevantes, capazes de promover a reflexão crítica e a transformação social.

Os artigos que compõem este volume refletem a diversidade de temas e abordagens que permeiam o direito contemporâneo, contemplando discussões sobre mutação constitucional, teorias críticas do direito, bioética, direitos humanos, regulação ambiental, identidade digital, criminologia, direito à alimentação, ativismo digital e direito à educação.

O primeiro artigo, de André Soares Oliveira e Roberta Marina Cioatto, discute a mutação constitucional e seus limites, a partir da reversão da decisão *Roe v. Wade* (1973) pela *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization* (2022) na Suprema Corte dos Estados

Unidos. O estudo investiga como a interpretação constitucional pode ser reconstruída ao longo do tempo e os desafios que isso impõe à legitimidade das Cortes Constitucionais. Os autores demonstram que a mutação constitucional deve respeitar os limites linguísticos do texto constitucional, ressaltando que a decisão de 1973 apresentava fragilidades argumentativas que foram desconstruídas na recente decisão de 2022.

Na seara do Direito Processual Civil, Moisés João Rech e João Ignacio Pires Lucas apresentam uma análise crítica da substancialização e da autonomia da ação sob a ótica da teoria crítica do direito. Os autores demonstram como o Direito Processual Civil, na tradição romano-germânica, desempenha um papel essencial na reprodução das relações de produção no Estado capitalista. A partir das obras de Poulantzas e O'Donnell, o estudo examina como a previsibilidade das decisões judiciais e a garantia das trocas no mercado são estruturadas e mantidas pelo aparato processual, contribuindo para a perpetuação do sistema capitalista.

O avanço acelerado das biotecnologias e suas implicações éticas são discutidos por Samuel Saliba Pinto e Gerson Neves Pinto, que propõem uma reflexão sobre os potenciais bioéticos de uma necessária desaceleração científica. A pesquisa defende que a inovação tecnológica deve ser compatibilizada com princípios bioéticos, especialmente diante da incerteza sobre os riscos das novas tecnologias aplicadas aos seres humanos. Os autores analisam o pensamento de Hans Jonas e o princípio da responsabilidade como fundamentos para estabelecer limites prudenciais à ciência, garantindo que o desenvolvimento biotecnológico não comprometa a dignidade humana e a segurança das gerações futuras.

A formação constitucional na América do Sul Espanhola é explorada por Maurício da Cunha Savino Filó, que examina as influências teóricas que moldaram as primeiras experiências constitucionais nos países da região. O estudo demonstra como a releitura da antiga República Romana e o pensamento iluminista,

especialmente de Rousseau, foram fundamentais na construção das novas ordens jurídicas. A pesquisa destaca as particularidades históricas e sociais de países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, evidenciando o paradoxo de buscar inspiração no pensamento europeu para romper com a matriz jurídica colonial imposta pela Espanha.

As transformações identitárias na era digital são abordadas por Catarina Vidotte Blanco Tárrega e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, que analisam o impacto das novas tecnologias na construção da subjetividade e no exercício dos direitos humanos. O artigo discute como as interações virtuais criam identidades fracionárias e desafiam os conceitos tradicionais de sujeito de direitos, demandando novas formas de proteção jurídica. A pesquisa sugere uma ampliação da compreensão dos direitos humanos para abranger essas novas dimensões da existência, garantindo que a dignidade humana seja respeitada tanto no mundo real quanto no virtual.

No campo da criminologia e do Direito Penal, Salo de Carvalho e Mariana de Assis Brasil e Weigert analisam a compulsoriedade do exame criminológico como requisito para progressão de regime e concessão de saída temporária, conforme previsto no Projeto de Lei n.º 2.213/21. O artigo problematiza a base científica desse exame e questiona sua eficácia como critério para concessão de benefícios penais. A partir da criminologia crítica e do garantismo penal, os autores demonstram como a exigência do exame pode reforçar um viés punitivista incompatível com os princípios constitucionais que regem a execução penal no Brasil.

A relação entre salário mínimo e o direito humano à alimentação adequada é analisada por Jéssica Araújo Conte, Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva e Vilma de Fátima Machado. A pesquisa investiga os desafios da política salarial brasileira para garantir a segurança alimentar das camadas mais vulneráveis da população. O artigo evidencia a desatualização da Cesta Básica Nacional e discute a necessidade de uma reformulação que leve em consideração as demandas nutricionais contemporâneas,

reforçando a importância de políticas públicas que assegurem o acesso a uma alimentação digna.

No artigo de Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp e Mário Lúcio Quintão Soares, a Modernidade é analisada a partir de sua origem no final do século XV, destacando seus princípios fundamentais e a maneira como suas estruturas influenciaram o desenvolvimento do Identitarismo. Os autores investigam como o discurso identitário pode se articular para superar os conceitos eurocentristas que moldaram o pensamento moderno, examinando as reais necessidades da luta identitária e as distorções que podem ocorrer nesse processo.

O impacto dos ativismos digitais na legislação ambiental é tema do artigo de Bruna Bastos, Eduardo Missau Ruviaro e Rafael Santos de Oliveira, que examinam o movimento pelo banimento dos canudos plásticos no Brasil. A pesquisa demonstra como as campanhas virtuais foram fundamentais para a aprovação de legislações estaduais e municipais proibindo a comercialização desses produtos. O estudo destaca a importância das redes sociais como ferramenta de mobilização social e propõe uma reflexão sobre o papel do ativismo digital na formulação de políticas públicas.

A tradição dos Direitos Humanos e suas críticas são discutidas por Daniel Carneiro Leão, que questiona a linearidade do progresso histórico e o pacto liberal subjacente à narrativa clássica desses direitos. O artigo problematiza o senso comum que permeia a tradição dos Direitos Humanos, destacando como essa construção histórica pode obscurecer aspectos fundamentais da luta por direitos e perpetuar desigualdades estruturais.

A evolução do direito à educação em Cabo Verde é tema do artigo de Clóvis Gorczevski e Carlos Filipe Lima Oliveira, que analisam a sua incorporação à Constituição da República de Cabo Verde e os desafios para sua implementação efetiva. A pesquisa destaca a educação como pilar fundamental para o desenvolvimento social, mas aponta as dificuldades enfrentadas

pelo país, como a escassez de recursos e a falta de infraestrutura adequada, que ainda limitam o acesso universal ao ensino de qualidade.

Encerrando a edição, Clério da Cruz e Maria Goretti Dal Bosco analisam as intersecções entre Direito Agrário e Direitos Humanos em Moçambique, abordando os desafios para garantir segurança alimentar e acesso à terra no país. O artigo evidencia as contradições das políticas públicas voltadas ao meio rural, que muitas vezes não consideram as realidades locais, e denuncia o avanço do grande capital na exploração das terras das comunidades tradicionais, gerando impactos significativos na soberania alimentar e na sustentabilidade agrícola da região.

Com esta publicação, a Revista da Faculdade de Direito da UFG reafirma seu compromisso com o debate crítico e a produção acadêmica de excelência. Agradecemos aos autores, avaliadores e leitores por contribuírem para esta edição e desejamos uma leitura enriquecedora.

Os Editores.